

# O CURRÍCULO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM SÃO CAETANO DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DO OLHAR DOCENTE

**Temática: Educação geográfica**

David Augusto Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa traz reflexões e o olhar docente sobre o movimento de construção e unificação do currículo do Ensino Médio do município de São Caetano do Sul, localizado no Estado de São Paulo, que foi elaborado ao longo do ano de 2014, especificamente sobre a disciplina de Geografia. Para compreender esse processo e suas implicações no cotidiano escolar e no ensino-aprendizagem se estabelece uma relação entre as políticas públicas para a educação, a partir de 1998 com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o breve histórico das ações educacionais da cidade, que passou por diferentes períodos nos últimos dez anos e o papel da indústria cultural em torno da escola e da educação estabelecendo diferenças e construindo hierarquias. Além de expor as experiências e vivências dos professores autores que participaram ativamente da composição dos conceitos e temas geográficos da proposta curricular sul-caetanense. Nessa perspectiva, pretende-se analisar o impacto e as influências das ações do Estado, das tendências pedagógicas e as fragilidades que sugerem os discursos e as relações de poder materializados no currículo e em outros instrumentos educacionais de controle que se manifestam do local ao global e vice-versa.

**Palavras-chaves:** Currículo, Geografia, Ensino-Aprendizagem, Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da rede pública municipal de ensino de São Caetano do Sul. E-mail: [davidaugusto295@gmail.com](mailto:davidaugusto295@gmail.com).

## **Introdução**

Nas últimas décadas, uma variedade de diretrizes e parâmetros tem direcionado a educação básica brasileira. A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir de 1998, e a implementação de diversas diretrizes curriculares nos níveis federais, estaduais e municipais frisaram este processo de ampliação acerca de quais conteúdos, atitudes e procedimentos devem ser adotados para que a qualidade da educação básica no território brasileiro possa se desenvolver.

No decorrer das nossas vivências no ambiente escolar, presenciamos discursos afirmando que estamos vivendo em um período de crise que vêm afetando as instituições, sejam elas culturais, econômicas ou políticas. No entanto, a escola é uma das instituições que têm estado no centro da crise. Na lógica dos neoliberais as nossas escolas, os professores e os estudantes devem estar correlacionados com um currículo direcionado para o mercado competitivo, assim seria possível encontrar a solução para a crise. Neste sentido, avaliar os currículos, assim como as políticas educacionais que refletem no trabalho docente, é uma tarefa que se torna de grande importância na atualidade.

A questão central da discussão sobre currículo do Ensino Médio de Geografia na rede municipal de São Caetano do Sul envolve desde o processo de organização até a seleção dos conteúdos trabalhados nas escolas. Neste sentido, ao se discutir as escolhas feitas pelos professores da rede, discute-se não somente as opções de conteúdos, mas também as visões de mundo acerca de uma determinada sociedade e de como se percebe seu desenvolvimento nas escalas geográficas.

Sendo assim, o presente artigo busca apresentar e divulgar as impressões de dois professores que vivenciaram o processo das discussões e da elaboração do currículo de Geografia do Ensino Médio de São Caetano do Sul no decorrer do ano de 2014. O principal objetivo do mesmo foi possibilitar uma leitura dos discursos que o município realiza acerca do currículo.

Para a apresentação dessa experiência, organizamos o presente estudo da seguinte forma: primeiramente, faremos uma breve discussão teórica sobre as políticas educacionais no Brasil; destacaremos também algumas das ações educacionais da cidade de São Caetano do Sul a partir do ano de 2005 e, por fim, abordaremos a política curricular que se materializou no final de 2014. Faremos uma análise acerca dessa nossa vivência, ocorrida no decorrer do processo, e a problematizaremos.

Almejamos, a partir da troca dessa experiência, cooperar com os demais professores das escolas públicas na busca da construção de um currículo de Geografia que seja capaz de possibilitar aos alunos uma compreensão crítica e transformadora do mundo em que vivemos.

## **Uma breve leitura crítica do contexto das políticas educacionais no Brasil**

Para compreender os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia no contexto das políticas educacionais enquanto um currículo oficial se torna necessário correlacioná-los ao seu contexto político de produção.

As políticas educacionais no território brasileiro que se iniciaram a partir dos anos 1990 (STRAFORINI, 2011) enquadram-se na lógica de uma cultura neoliberal que envolve os princípios da competitividade, da meritocracia<sup>2</sup>, do individualismo e do consumismo. Autores como BALL (2006) destacam que a cultura neoliberal se impõe em relação ao Estado com discursos de excelência, qualidade, efetividade e a ideia de uma nova gestão escolar. Essa política educacional não foi exclusiva apenas no Brasil, mas também foi adotada em diferentes países, processo no qual o Banco Mundial teve grande influência nos financiamentos e no planejamento, principalmente na questão curricular.

---

<sup>2</sup> Na rede estadual de ensino de São Paulo essa política se materializa com o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), que atrela um bônus para o professor conforme o desempenho dos alunos.

Os PCNs de Geografia, no decorrer dos anos 1990, foram alvo de muitas críticas<sup>3</sup>, com destaque nos seguintes enfoques: a forma como foi elaborado, a questão ideológica, e a sua abordagem teórico-metodológico.

No que se refere ao processo de elaboração, STRAFORINI (2011) afirma que os PCNs de Geografia foram marcados pela negação do debate e pela imposição de um projeto ideológico já pronto. Quanto à questão ideológica, as críticas são em virtude do seu amplo discurso hegemônico neoliberal. Em termo de abordagem teórica, são apontadas críticas em seu caráter plural ou eclético.

A crítica central está no caráter plural ou eclético do documento que ora defende a Geografia como filosofia das técnicas, ora como Geografia humanística, ou ainda como Geografia marxista, muito embora, em várias passagens do documento, aparecem críticas veementes a essa última corrente do pensamento geográfico (STRAFORINI, 2011, p. 49).

Cabe ressaltar que os PCNs de Geografia são de difícil compreensão para os professores da educação básica, pois

(...)além da sua complexidade e da sua forma de apresentação - gênero acadêmico - (que escreve e como escreve) o texto não está direcionado aos professores das séries iniciais (a quem escreve). É um texto explicitamente feito por e para os membros das comunidades epistêmicas e disciplinares (STRAFORINI, p. 54, 2011).

Enquanto professores da educação básica acreditamos que a crítica a qualquer documento é benéfica para que nós professores possamos estar esclarecidos acerca das diferentes concepções das várias correntes de pensamento, assim como as suas intencionalidades. No caso dos PCNs (PONTUSCHKA *et al*, 2007), vimos que os professores ficaram à margem de sua produção, tendo acesso ao documento somente depois da sua publicação, deixando assim o professorado excluído do diálogo e da participação em sua construção, sem ter assistido à interlocução entre os órgãos do Estado, a escola, e a sociedade civil.

## **O currículo do Ensino Médio: o caso de São Caetano do Sul**

A cidade de São Caetano do Sul faz parte do Grande ABC, localizado na região metropolitana de São Paulo. Apresenta um território de 15 km<sup>2</sup> e uma população, segundo o Censo de 2010 do IBGE, de 149.263 habitantes.

A estrutura da educação básica do município constitui-se de 55 unidades de ensino dentre as quais, atualmente, em três é oferecido aos munícipes o Ensino Médio<sup>4</sup>. O número de alunos do Ensino Fundamental no município é, muitas vezes, superior ao número de vagas no município e a procura por vagas nas três unidades “não é equilibrada”, nesse sentido, o acesso ao Ensino Médio acontece por meio de vestibulinho.

As escolas EME Vicente Bastos e EMEEF Arquiteto Oscar Niemeyer são as escolas mais novas de Ensino Médio do município, criadas a partir de 2006 em um ritmo acelerado e sem as

---

<sup>3</sup> Essas críticas são fundamentadas na perspectiva da teoria curricular crítico-marxista publicadas na Revista Terra Livre – número 13 “Dossiê: Os PCNs em discussão” e do livro “Reformas no Mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia”.

<sup>4</sup> Na LDB 9.394/96, a função principal dos municípios é de oferecer vagas em creches, pré-escolas e no Ensino Fundamental. Os estados devem priorizar o Ensino Médio e atuar em colaboração com os municípios na oferta de Ensino Fundamental.

devidas condições de infraestrutura<sup>5</sup> para o seu funcionamento pleno, visto que foram inauguradas em períodos próximos ao das eleições municipais.

Dentre essas escolas, a EME Professora Alcina Dantas Feijão, a mais tradicional da cidade, que funciona há mais de 40 anos e é considerada uma referência na qualidade de ensino público em São Caetano do Sul, à qual daremos um enfoque maior para compreendermos a dinâmica da política educacional da cidade.

Por ser tratar da escola mais tradicional de São Caetano do Sul, os alunos que nela ingressa possuem um nível de renda elevado (classes B e C, em sua grande maioria), além deles serem filhos de famílias importantes no quadro político da cidade, sendo muito comum a presença de filhos e parentes de vereadores (GIROTTI, 2009, p.36).

O fato da unidade ser uma escola com um método de ensino-aprendizagem tradicional na cidade é o que nos possibilita perceber como as políticas educacionais da cidade priorizam medidas autoritárias e com direção<sup>6</sup> escolar muito centralizadora, que utilizava sistemas apostilados como sendo a única base curricular do Ensino Médio.

Quando afirmo que o Alcina é uma escola tradicional levo em consideração a forma como o processo de ensino-aprendizagem é concebido. Tal tradicionalismo se acentuou com a indicação da atual gestão para o período de 2005 a 2008. O processo educativo centralizou-se no professor. Um sistema apostilado visa garantir a padronização dos conteúdos. As regras são rígidas e mantidas por uma direção bastante centralizadora e, em certa medida autoritária. Atividades extraclasses são dificilmente permitidas. Não existe grêmio na escola, nem mesmo grupo de teatro (GIROTTI, 2009, p.37).

A relação entre o Alcina e as políticas educacionais da cidade se dá pelo fato de, além de ser uma escola tradicional na cidade, representa, ao mesmo tempo, a localidade onde existe um dos cargos da área de educação mais cobiçados pelos aliados políticos de todo prefeito que se elege na cidade (GIROTTI, 2009), revelando assim parte das territorialidades que abrange a política no município.

Trata-se de uma concepção de currículo (2005 a 2008) fundamentado em um modelo apostilado que fora elaborado por uma empresa privada, ou seja, é possível afirmar que o ensino-aprendizagem eficiente do Alcina funciona como uma indústria onde é fundamental que se estabeleça padrões de eficiência no ensino, pois um currículo está relacionado às estruturas econômicas e aos interesses políticos. Como consequência, os modelos técnicos de currículo limitam-se à questão de um programa de apenas “como” organizar e reproduzir os conteúdos para depois serem aplicados nas avaliações externas.

Ao se concentrar em critérios de eficiência e racionalidade burocrática, as apostilas deixavam de levar em consideração, por exemplo, abordagens significativas acerca do caráter histórico, dos estudos do lugar e da formação territorial de São Caetano do Sul.

---

<sup>5</sup> Onde funciona a escola Vicente Bastos era antigo COPI (Centro de Orientação Profissional Elvira Paolilo Braidó). No caso da escola Oscar Niemeyer, que foi inaugurado sem ter as salas de aulas terminadas, as aulas aconteciam no campus da Universidade Municipal de São Caetano, que emprestava algumas salas de aula.

<sup>6</sup> Não existe concurso público para os cargos de direção das escolas municipais, considerados cargos de confiança do prefeito da cidade com interferência direta dos vereadores. A cada 4 anos, na gestão municipal, alteram-se todos os cargos de diretores, coordenadores pedagógicos e assistentes de direção.

O programa estava pautado na adoção de uma apostila, do grupo educacional Sigma, que deveria ser seguida por alunos e professores. Tal apostila havia sido implantada na atual gestão municipal sendo escolha direta da diretora da escola. Como toda e qualquer apostila, tratava-se de um material conteudístico, repleto de erros, como nenhuma preocupação de contextualização do conhecimento (GIROTTTO, 2009, p.79).

O currículo envolve a construção de significados e valores culturais (SILVA, 2011). O currículo não deve estar envolvido apenas com a transmissão de conhecimentos objetivos ou de momentos específicos. Ele deve produzir e criar significados sociais que possam situar o aluno em sua escala geográfica de vivência e saber atuar sobre ela. No caso do Alcina, o modelo apostilado surge como uma negação ao estudo do lugar e de suas contradições socioespaciais. GIROTTTO (2009) argumenta ainda que essa tendência curricular (2005 a 2008) apostilada é em si esvaziada de sentidos, apresentando um único propósito, que é a reprodução do status quo enquanto uma estratégia de política educacional.

Negar o lugar em suas particularidades e contradições pode ser entendido também como estratégia política de reprodução do status quo. A adoção de um modelo educacional apostilado, que privilegia conteúdos gerais que de forma alguma são contextualizados e, por isso, apresentam-se como realidades em si mesmas, são algumas das práticas pedagógicas adotadas na EME Profª Alcina Dantas Feijão. A compreensão da adoção de tal modelo passa portando, pelo entendimento da relação com as questões políticas que permeiam a cidade e a escola em seus diferentes sujeitos (GIROTTTO, 2009, p.79).

Neste sentido, esse propósito apostilado se relaciona com a ideia tradicional de currículo (SILVA, 2011) pois, por aceitar mais facilmente o status quo, os conhecimentos e os saberes acabam por se tornarem questões técnicas apenas.

A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação juntamente com os professores. No caso de São Caetano do Sul, os interesses políticos momentâneos substituem os interesses educacionais.

A partir de 2008, surgiu uma nova equipe na Secretaria da Educação, logo mudaram os diretores de escolas e suas equipes da parte técnica. Nesse momento, aboliu-se o sistema apostilado e foi orientado que as escolas teriam autonomia em elaborar os seus planejamentos, pois o Ensino Médio municipal era contemplado com PNLEM<sup>7</sup>. É nesse mesmo período que a rede de ensino alterou o regime de avaliação bimestral para regime de avaliação trimestral. Nesse momento, cada escola de Ensino Médio passou a escolher os seus respectivos livros, conforme seus interesses específicos. Mesmo assim, em termos de método de ensino-aprendizagem nada mudou. Os conteúdos curriculares passaram a ser moldados pelos livros didáticos nos anos de 2009 a 2014.

Em 2013, houve por parte da Prefeitura uma tentativa de impor uma política de total padronização da carga horária das disciplinas das escolas, sem levar em consideração as suas especificidades e história das boas práticas pedagógicas em funcionamento em cada unidade escolar. No entanto, houve mobilização por parte do grêmio estudantil do Alcina, juntamente a um grupo de professores, forçando a Prefeitura a voltar atrás e discutir de forma “democrática” sobre a composição curricular do Ensino Médio. Ressaltamos a nossa sensação percebida em muitos dos professores do Ensino Médio de que não há saída, de que os problemas e as decisões políticas são insolúveis na sociedade contemporânea. Nesse sentido, aceitar a situação significa

---

<sup>7</sup>A Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que criou o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio começou a atender de forma progressiva os alunos do ensino médio público de todo o Brasil. Esse programa foi implantado no ano de 2004 e somente a partir de 2008 começaram as escolhas para as disciplinas de Geografia.

Privar-se de toda uma série de entendimentos e insights em relação aos aspectos de controle e operação da escola e de aula. É assumir as mistificações de episódios anteriores de governo como dados incontestáveis (GOODSON, 2012, p.12).

Ao participar desse processo “democrático” de elaboração do currículo do Ensino Médio em São Caetano do Sul, percebemos ao longo das reuniões realizadas no CECAPE<sup>8</sup> que os discursos da equipe da coordenação geral tendem a uma permanência de que as atuais políticas educacionais continuam com um forte impacto curricular, a exemplo de que o currículo municipal deveria estar alinhado às exigências do atual Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o intuito de elevar os níveis dos indicadores das escolas, que são medidos pelo ENEM.

Nesse processo de discussão, houve participação dos professores do Ensino Médio das três escolas, mas cabe ressaltar que houve predomínio dos professores do Alcina<sup>9</sup>. Ao formular uma proposta mais apropriada para o município, os professores das outras duas escolas pouco se manifestaram ou não apareceram nas reuniões coletivas. Essa constatação não deve ser entendida como uma relação totalmente democrática. No caso de Geografia, assim como nas outras disciplinas, ao longo do processo de elaboração do currículo prescritivo houve um predomínio das propostas do Alcina.



**Figura 1:** É comum encontrar nas principais vias da cidade propagandas destacando o desempenho dos discentes nas avaliações externas, resultado, segundo a Prefeitura, em virtude de uma gestão eficiente, e pela unificação curricular do Ensino Fundamental. Foto dos autores, novembro 2014.

É comum encontrar nas propagandas institucionais um discurso fundamentado na ideia de gestão democrática, de eficiência e planejamento. O currículo apresenta uma relação muito próxima com o poder, logo, debater sobre o currículo é, antes, uma ação política. Vejamos na figura 2 um exemplo de propaganda que busca em seu discurso positividade de uma reforma educacional que busca a sua legitimação.

<sup>8</sup> Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação Dr<sup>a</sup> Zilda Arns.

<sup>9</sup> Nesse processo de decisão para unificar os conteúdos foram eleitos professores coordenadores de cada disciplina. Não foi tão democrática a participação, pois quase a totalidade dos coordenadores eram do Alcina.



**Figura 2:** Publicidade veiculada na conta do facebook da Prefeitura.

Fonte: facebook.com/prefeitura.saocaetano. (Acessado em 27 de novembro de 2014 às 19:30)

Vale salientar que esse discurso acerca da importância de arrumar a educação sempre esteve presente em muitos momentos da história da educação no Brasil.

Nesse sentido, não estamos diante de um discurso novo. Em geral, o senso comum associa reforma a progresso, mudança. Um mundo melhor é visto como consequência da intervenção proposta, de novos programas, tecnologias e processos que gerem maiores eficiência, racionalidade e controle de resultado (CANDAUI, 1999, p.30).

Essas publicidades, em São Caetano do Sul, reforçam um discurso sobre as reformas no qual apresenta-se um argumento justificador do interesse na melhoria da qualidade da educação da cidade, pois elas estão intimamente relacionadas ao projeto político da atual gestão municipal.

No cotidiano escolar público, há uma grande distância entre as propostas de reforma e os problemas que os professores enfrentam diariamente, como é o caso das outras duas escolas do Ensino Médio, que não apresentam infraestrutura adequada.

## Considerações Finais

Ao vivenciar essa experiência, percebemos alguns entraves como a não participação da totalidade dos professores na discussão (inclusive em relação à disciplina de Geografia), predomínio de intencionalidades apenas de uma escola, devido a um sentimento/receio de não poder “questionar” o Alcina.

O ambiente escolar juntamente com sua dimensão pedagógica devem assumir projetos político-sociais e lutar para romper os obstáculos impostos por gestões centralizadoras. É fundamental que no interior de cada espaço escolar, sejam compartilhados papéis e práticas de aprendizagem dialogando com a comunidade para compor um currículo significativo.

Na reflexão sobre como será o currículo de Geografia levamos em consideração aspectos da formação territorial de São Caetano do Sul, pois houve preocupação por parte da equipe técnica com que as composições do ensino de Geografia estivessem alinhadas com as exigências do ENEM.

Acreditamos que um currículo não deva ser apenas uma sequência de conteúdos a serem cumpridos, mas como um dos autores que fundamentou o nosso artigo diz, o currículo deve envolver/abordar o que somos, o que nos tornamos, ou seja, a nossa identidade e nossa

subjetividade. Porém, isso se distancia quando os grupos políticos veem o currículo apenas como um conjunto de conteúdos norteadores voltado para o mercado de trabalho, o vestibular e o ENEM. No que tange ao tratamento didático dos conteúdos de Geografia, não se pode dizer que o mesmo apresentou uma grande inovação e uma participação democrática.

O currículo sul-caetanense assume uma perspectiva tradicional pela qual se discutiram apenas as questões prescritivas do documento, ou seja, ter os mesmos conteúdos por trimestre em todo Ensino Médio da rede municipal do ensino.

Não tão distante haverá nos variados cantos da cidade slogans com um discurso publicitário “*O primeiro município do Brasil a ter um currículo do Ensino Médio unificado*” reforçando um discurso de legitimidade e sem levar em consideração as especificidades e as boas práticas de cada escola.

Portanto, não se pode dizer que o tratamento didático dos conteúdos, de um lado, e as recentes discussões do professorado da rede municipal, de outro, implicaram em inovação no currículo prescritivo e praticado do Ensino Médio.

## **Referências bibliográficas**

BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In: Currículo sem Fronteiras*. v. 6 n.2 jul./dez. 2006.

CANDAU, V. M. Reformas educacionais hoje na América Latina. *In: Currículo: Políticas e Práticas*. MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.); LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; CAVALIERI, Ana Maria Vilela; FRANCO, Creso; MACEDO, Elizabeth Fernandes; ARROYO, G. Miguel; SZTAJN, Paola; KRAMER, Sonia. Campinas, SP: Papirus, 1999. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

GIROTTI, E. D. **Escola, lugar e poder: as aventuras de um professor-pesquisador entre o subúrbio e a periferia**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, TomokoIyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

STRAFORINI, Rafael. O currículo de Geografia das séries iniciais: entre conhecer o que se diz e o vivenciar o que se pratica. *In: O ensino de Geografia e suas composições curriculares*. TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Lígia Beatriz; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynsky e KAERCHER, Nestor André. (Orgs.). 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 41-59.